ANEXO I
MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ___/2026

Processo Administrativo nº 249/2026 – PMV
Pregão Eletrônico nº 110/2026 – PMV

1ª Contratante:

MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, nesta cidade de Videira/SC, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Gabinete e Relações Institucionais, o Sr. **ADALCIR CECCATTO**, no uso de suas atribuições, de ora diante denominado simplesmente MUNICÍPIO.

2ª Contratada:

_____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo Senhor _____, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 110/2026 – PMV, datado de ___ de _____ de 2026 e homologado em data de ___ de _____ de 2026, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO

1.1 – A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município, a CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA REALIZAR TRANSPORTE DE PESSOAS EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICIPIO DE VIDEIRA E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMAS, FMEV, FMIV, FMDCAV E FMS), conforme descrição e estimativa de consumo a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	VIAGEM COM VEÍCULO TIPO VAN COM NO MÍNIMO 18 LUGARES (ALÉM DO MOTORISTA), COM BANCOS ESTOFADOS, AR CONDICIONADO (QUENTE-FRIO), CONFORTÁVEL, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA CONFORME EXIGÊNCIAS DO DENATRAN PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, CUMPRINDO COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO DETER.	QUILOMETRO	46.000,00		
2	VIAGEM COM VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES (ALÉM DO MOTORISTA), COM BANCOS ESTOFADOS, AR CONDICIONADO (QUENTE-FRIO), CONFORTÁVEL, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA CONFORME EXIGÊNCIAS DO DENATRAN PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, CUMPRINDO COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO DETER.	QUILOMETRO	41.000,00		
3	VIAGEM COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 40 LUGARES (ALÉM DO MOTORISTA), COM BANCOS ESTOFADOS, AR CONDICIONADO (QUENTE-FRIO), CONFORTÁVEL, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA CONFORME EXIGÊNCIAS DO DENATRAN PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, CUMPRINDO COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO DETER.	QUILOMETRO	64.400,00		

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

4	VIAGEM COM VEÍCULO TIPO VAN COM NO MÍNIMO 15 LUGARES (ALÉM DO MOTORISTA), COM BANCOS ESTOFADOS, AR CONDICIONADO (QUENTE-FRIO), CONFORTÁVEL, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA CONFORME EXIGÊNCIAS DO DENATRAN PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, CUMPRINDO COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO DETER.	QUILOMETRO	37.400,00		
5	VIAGEM COM VEÍCULO TIPO VAN COM NO MÍNIMO 15 LUGARES (ALÉM DO MOTORISTA), COM BANCOS ESTOFADOS, AR CONDICIONADO (QUENTE-FRIO), CONFORTÁVEL, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA CONFORME EXIGÊNCIAS DO DENATRAN PARA VIAGENS INTERESTADUAIS, CUMPRINDO COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO DETER E ANTT.	QUILOMETRO	15.500,00		
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR MEIO DE VEÍCULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 (DEZOITO) LUGARES, ALÉM DO MOTORISTA, EQUIPADA COM BANCOS ESTOFADOS, SISTEMA DE AR-CONDICIONADO QUENTE/FRIO, CONFORTÁVEL E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, HIGIENE E CONSERVAÇÃO, CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE DA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO (SENATRAN) E DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO APLICÁVEL, PARA REALIZAÇÃO DE VIAGENS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC	QUILOMETRO	14.000,00		
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, POR MEIO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 (VINTE E OITO) LUGARES ALÉM DO MOTORISTA, EQUIPADO COM BANCOS ESTOFADOS, SISTEMA DE AR-CONDICIONADO QUENTE/FRIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, HIGIENE E CONSERVAÇÃO, CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ATENDENDO INTEGRALMENTE ÀS NORMAS E EXIGÊNCIAS DA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO (SENATRAN) E DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO APLICÁVEL, PARA REALIZAÇÃO DE VIAGENS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC.	QUILOMETRO	10.800,00		
8	VIAGEM COM VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES (ALÉM DO MOTORISTA), COM BANCOS ESTOFADOS, AR CONDICIONADO (QUENTE-FRIO), CONFORTÁVEL, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA CONFORME EXIGÊNCIAS DO DENATRAN PARA VIAGENS INTERESTADUAIS, CUMPRINDO COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO DETER E ANTT.	QUILOMETRO	16.000,00		
9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR MEIO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 (QUARENTA) LUGARES (ALÉM DO MOTORISTA), EQUIPADO COM BANCOS ESTOFADOS, SISTEMA DE AR-CONDICIONADO QUENTE/FRIO, CONFORTÁVEL E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, HIGIENE E CONSERVAÇÃO, CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ATENDENDO INTEGRALMENTE ÀS NORMAS E EXIGÊNCIAS DA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO (SENATRAN) E DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO APLICÁVEL, PARA REALIZAÇÃO DE VIAGENS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC.	QUILOMETRO	11.300,00		
10	VIAGEM COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 40 LUGARES (ALÉM DO MOTORISTA), COM BANCOS ESTOFADOS, AR CONDICIONADO (QUENTE-FRIO), CONFORTÁVEL, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA CONFORME EXIGÊNCIAS DO DENATRAN PARA VIAGENS INTERESTADUAIS,	QUILOMETRO	6.000,00		

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

	CUMPRINDO COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO DETER E ANTT.				
				Total	

1.2 – Os serviços deverão ser prestados conforme todas as informações constantes no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3 – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

1.4 – A CONTRATADA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta minuta, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Ordem de Compra.

1.5 – Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação na licitação.

1.6 – A CONTRATADA arcará com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

1.7 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.8 – A CONTRATADA responderá pelos vícios dos serviços que se compromete a prestar, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Administração isenta de qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA 2ª: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 – O objeto do presente contrato será executado pelo preço total e global de R$____ (_____), sendo o valor unitário de R$ ___ (____).

2.2 – Os preços serão reajustados, desde que decorrido 1 (um) ano da **data do orçamento** (____/____/_____), de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo.

2.3 – A CONTRATADA em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes por meio de solicitação formal, acompanhada de documentos comprobatórios (nota fiscal anterior a apresentação da proposta, nota fiscal atual, notícias, entre outros) e certidões negativas de débitos constantes no item 7.2.2 do edital.

2.3.1 – O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser cadastrado no Portal de Autoatendimento do Município de Videira

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

(https://videira.atende.net/autoatendimento) no serviço "Emissão de Processo Digital", sendo que o acesso à funcionalidade só estará disponível através de login e senha. Ao cadastrar o pedido, para correto direcionamento do processo digital, deverão ser utilizados os seguintes parâmetros: **Assunto**: LICITAÇÕES e **Subassunto**: DLC – REQUERIMENTO.

2.3.2 – A assinatura do pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser por meio de assinatura eletrônica com certificado digital ICP Brasil/Gov.br do representante legal da empresa.

2.3.3 – Até a decisão final da Administração, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a proponente vencedora deverá prestar os serviços normalmente, levando em consideração os preços registrados e vigentes.

CLÁUSULA 3ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em até **10 (dez) dias** após o recebimento da Ordem de Compra emitida pelo Departamento de Compras e Licitações.

3.1.1 - Os materiais necessários para a realização dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com a prestação de serviços, correrão por conta da CONTRATADA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

3.3 – A não prestação dos serviços dentro do prazo acima, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

3.4 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Ordem de Compra ou outro documento equivalente.

3.5 – O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, em até **5 (cinco) dias úteis**, em se tratando de obras e serviços, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, **ou**, em se tratando de compras, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

3.6 – O objeto será recebido **DEFINITIVAMENTE**, em até **30 (trinta) dias úteis**, em se tratando de obras, serviços e compras, de acordo com a designação de cada unidade requisitante, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, para verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

3.7 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o objeto e suas especificações.

3.8 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e pela segurança, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou no contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2 – Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

4.3 – A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.4 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

4.5 – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

4.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

4.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.8 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

4.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

4.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.11 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.12 – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

4.13 – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

4.14 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.15 – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.16 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.17 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

4.18 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

4.19 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

4.20 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA 5ª – DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo e mediante a apresentação de Nota Fiscal, com o devido adimplemento contratual, de acordo com os termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.822/2024.

5.1.1 – A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

5.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 07 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.

5.1.3 – O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" na nota fiscal apresentada.

5.1.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

5.1.5 – Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.1.6 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.1.7 – Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa.

5.1.8 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.2 – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados no contrato, e deverá constar a marca e o modelo, quando for o caso.

5.2.1 – A CONTRATADA deve se atentar que os órgãos da administração pública municipal direta, as autarquias, as fundações e fundos municipais, conforme Decreto nº 20.412/23, **ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda, INSS e ISS sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas**, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme legislação atualizada que disciplina as hipóteses de retenção.

5.2.2 – **As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal**, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção dos impostos e contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

5.2.3 – A pessoa jurídica fornecedora do bem e/ou prestadora do serviço **deverá informar no documento fiscal o valor dos impostos e contribuições a serem retidos na operação**.

5.2.4 – **O não destaque do valor dos impostos e ou contribuições mencionadas no item anterior não desobriga a retenção por parte da administração pública municipal** devendo, neste caso, ser retido pelo valor integral do documento fiscal em alíquota correspondente a avalição do ente público.

5.2.5 – Fica excluída da aplicabilidade municipal a retenção de contribuições sociais tais como PIS/Pasep, Cofins e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), previstas na Lei Federal nº 9.430, de 1996 e na IN RFB 1.234, de 2012.

5.3 – A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **Município de Videira** com indicação do CNPJ específico sob **nº 83.039.842/0001-84**.

5.4 – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

5.5 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@videira.sc.gov.br, para seu devido arquivamento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

5.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da CONTRATADA, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – O contrato a ser firmado entre o Município e a CONTRATADA terá a vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura da CONTRATADA.

CLÁUSULA 7ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2026 a seguir:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
Unidade: 1 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURSIMO E CULTURA
Ação: 2058 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA TURISMO E CULTURA
Referência: 545
3.3.90 Aplicações diretas

Órgão: 07. Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 01. Gestão de Ensino Fundamental
Proj./Ativ.: 2028 Manutenção da Educação Fundamental
Cód. Red.: 130
Tipo de Empenho: (X) GLOBAL ( ) ORDINÁRIO

Órgão: 07. Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 02. Gestão de Ensino Infantil
Proj./Ativ.: 2032 Manutenção Educação Infantil - Creches
Cód. Red.: 157
Tipo de Empenho: (X) GLOBAL ( ) ORDINÁRIO

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO;
Unidade: 1– MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
Ação: 2045 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
Código Reduzido/Dotação: 191
Elemento/Subelemento da Despesa: 33.90. 39.79 – Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

Órgão: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Unidade: 001 ASSESSORIA DE GABINETE
Atividade Ação 2001 Gabinete do Prefeito
Dotação 7

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQUIP BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL P/ REEQUIP BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
Proj./Ativ.: 3390
Referência: 246

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

Gestão/Unidade: 17 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA
Proj./Atividade: 2080 – GESTÃO DA FMEV
Cód. Reduzido: 263
Elemento de Despesa: 33390

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA;
Unidade: 1– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA;
Ação: 2076 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – SUAS
Código Reduzido/Dotação: 517
Elemento/Subelemento da Despesa: 33.90. 39.79 – Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

Código Reduzido: 363
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2068 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE Vínculo: 150010020000 - Recursos próprios 15% Saúde
Subelemento: 3339039790000000000 - Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

Órgão: 23 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE VIDEIRA;
Unidade: 1– FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE VIDEIRA;
Ação: 2089 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO;
Código Reduzido/Dotação: 487
Elemento/Subelemento da Despesa: 33.90. 39.79 – Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

Órgão: 14 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
Unidade: 1– FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE;
Ação: 2065 – GESTÃO DO FMDCAV
Código Reduzido/Dotação: 527
Elemento/Subelemento da Despesa: 33.90. 39.79 – Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

CLÁUSULA 8ª – DA FISCALIZAÇÃO
8.1 – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s):

Fiscais de Contrato: a) Secretaria de Turismo e Cultura: LAUANA CENCI, telefone (49) 3090-2840, e-mail: cultura.lauana@videira.sc.gov.br e **MATHEUS ALTAMIR CONSTANTINI,** telefone: (49) 3090-2841, e-mail: escoladeartes@videira.sc.gov.br;

b) Secretaria de Educação: LUIZ EDUARDO BONDAN, telefone (49)3090-2660, e-mail: luiz.bondan@edu-videira.sc.gov.br, **DIRCEU DUTRA**, telefone (49) 3090-2660, e-mail: transporte@edu-videira.sc.gov.br e **JOÃO PAULO BORSATTI MOREIRA DOS SANTOS**, telefone (49) 3090-2660, e-mail: joao.santos@edu-videira.sc.gov.br;
c) Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho: MATHEUS BATISTA, telefone (49) 3090-2780, e-mail: social.assessoria@videira.sc.gov.br e **CAMILA DE FATIMA PELENTIR DA CRUZ**, telefone (49) 3090-2780, e-mail: social.camila@videira.sc.gov.br;
d) Secretaria de Gabinete: EDRIELI FABIANA DA SILVA, telefone (49) 3090-2715, e-mail: jfm128@videira.sc.gov.br;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

e) Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em Videira : MARCIÉLI BEVILAQUA, telefone (49) 99120-8081, e-mail: 22adm@cbm.sc.gov.br;
f) Fundação Municipal de Esportes de Videira: JOSEANE CRISTINA SAMBONIN, telefone (49) 3090-2756, e-mail: fundacao.esporte@videira.sc.gov.br e **DANIEL MOREIRA DAS CHAGAS, telefone (49) 3090-2756, e-mail:** fundacao.esporte@videira.sc.gov.br;
g) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS: MATHEUS BATISTA, telefone (49) 3090-2780, e-mail: social.assessoria@videira.sc.gov.br e **CAMILA DE FATIMA PELENTIR DA CRUZ,** telefone (49) 3090-2780, e-mail: social.camila@videira.sc.gov.br;
h) Secretaria de Saúde: PAULO LUIS SILVA DE OLIVEIRA (49) 3090 2801, saude.frota@videira.sc.gov.br e **JOEL ALVES DE OLIVEIRA**, (49) 3090 2801 saude.frota@videira.sc.gov.br;
i) FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE VIDEIRA – FMIV: MATHEUS BATISTA, telefone (49) 3090-2780, e-mail: social.assessoria@videira.sc.gov.br e **CAMILA DE FATIMA PELENTIR DA CRUZ,** telefone (49) 3090-2780, e-mail: social.camila@videira.sc.gov.br;
j) FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCAV: MATHEUS BATISTA, telefone (49) 3090-2780, e-mail: social.assessoria@videira.sc.gov.br e **CAMILA DE FATIMA PELENTIR DA CRUZ**, telefone (49) 3090-2780, e-mail: social.camila@videira.sc.gov.br.

Gestora de Contratos: AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI, telefone (49) 3090-2701, e-mail: planejamento.amanda@videira.sc.gov.br.

8.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) verificar se os itens, objeto do presente contrato, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 9ª – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 – O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

9.2 – A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

e) apresente declaração ou documentação falsa ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

f) pratique ato fraudulento na execução do contrato;

g) comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou

h) pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.3 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

a.1) Em casos de reincidência da mesma infração objeto de advertência que cause danos ou prejuízos à Administração ou terceiros será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo da reparação do dano causado.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

d) **Multa**:

d.1) por atraso superior a 5 (cinco) dias úteis da execução/entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

d.2) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

d.3) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida.

9.4 – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.1 – Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.2 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.3 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.4 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, quando for o caso.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

9.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 – A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

9.9 – O Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

9.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 10ª – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1 – O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 – A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA 11ª – VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

11.1 – O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Processo Administrativo nº 120/2026 – PMV, Pregão Eletrônico nº 49/2026 – PMV, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA 12ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

12.1 – Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 21.822, de 30 de abril de 2024, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 2.266, de 18 de dezembro de 2009 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

12.2 – Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela autoridade competente, administrativamente, ou no foro da Comarca de Videira/SC, se for o caso.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2

12.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Videira/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira/SC, __ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
ADALCIR CECCATTO
Secretário de Gabinete e
Relações Institucionais

FORNECEDOR
Sócio Administrador

Testemunhas:

1- _____

2- _____

Assinado Eletronicamente por:
ALVAIR LIRIO BARZOTTO:03025401990
Analista de Nível Superior
02/09/2026 16:39:19 -03:00

Rodolfo Pires Filho
Procurador Geral do Município
OAB/SC nº 30.587

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2026 16:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p687c96ea7aba2